



2022

RELATÓRIO ANUAL

REFORMAR – Research for Mozambique

Índice

Revisão Organizacional	5
Acrónimos.....	8
A Nossa Missão	9
2022 Em Revista.....	11
1. Publicações	11
1.1. Relatórios de pesquisa	11
1.2. Artigos de Jornais	17
2. Formações e Seminários.....	18
3. Acções de Advocacia	28
4. Outras actividades	32
4.1. Participações	34
5. Filiação/Memorando de Entendimento.....	45
6. Apoio e colaborações.....	47
7. Divulgação	49
7.1. Website	49
7.2. Facebook	49
7.3. Twitter	49
Endereço.....	50

Prefácio

Congratulamo-nos como Serviço Nacional Penitenciário (SERNAP), pelo privilégio de poder prefaciá-lo o presente Relatório Anual da REFORMAR – Research for Mozambique.

A REFORMAR, enquanto organização vocacionada para a realização de pesquisas, formações e advocacia em matéria de justiça criminal e Direitos Humanos, é uma instituição ainda jovem, que tem logrado conhecimentos e experiências notáveis ao longo dos nove anos da sua existência.

Pelo excelente trabalho desenvolvido pelos seus colaboradores, Prof^a Doutora Tina Lorzio, dr. Lourenço Sigaúque, dr. Amide Nhamposse e Msc. Ilídio Nhantumbo, aos quais usamos desta oportunidade, para endereçar calorosamente palavras de saudação especial e agradecimento pela forma como têm se posicionado na mobilização de reformas em Moçambique, no que diz respeito a defesa e a promoção dos direitos humanos no campo de justiça criminal.

A cada ano, a instituição empresta o seu saber científico e experiência, através de publicação de artigos académicos, realização de formações, seminários, relatórios de pesquisa e demais actividades que estimulam a reflexão, o conhecimento e a mudança de comportamento por parte de todos os actores que operam no sector da justiça, contribuindo assim para a consolidação e fortificação de um Sistema de Administração da Justiça em Moçambique, consentâneo com o respeito pelos direitos humanos, igualdade e democracia.

No âmbito da cooperação institucional entre a Reformat e o SERNAP, são notáveis as acções conducentes à promoção da justiça restaurativa, através de reforma legal, palestras e formações dos reclusos e Agentes penitenciários.

O presente relatório é resultado das actividades realizadas durante o ano de 2022, que contou com a colaboração de diversos intervenientes da sociedade, desde instituições governamentais, sociedade civil, parceiros nacionais e internacionais e estamos cientes que a reflexão nele contida, constitui um recurso precioso e imprescindível para que se alcance um Sistema de Justiça Criminal mais adequado no país e além.

Brigadeiro António Augusto Maurice



Director-Geral do Serviço Nacional Penitenciário

Perfil institucional

A REFORMAR - Research for Mozambique é uma organização da sociedade civil que fornece pesquisa, formações e advocacia em justiça criminal e Direitos Humanos em Moçambique e outros países africanos de língua portuguesa.

Criada em 2015, a REFORMAR reconhece que os Direitos Humanos nos sistemas de justiça criminal são violados, que a defesa e promoção dos Direitos Humanos na justiça penal pressupõe pesquisas baseadas em evidência, a importância da formação regular e abrangente de todos os actores que trabalham no sector da justiça, para desenvolver conhecimento e mudar comportamentos e que as reformas baseiam-se no desenvolvimento das leis, das políticas e das práticas.

O trabalho da REFORMAR é fundamentado em leis internacionais, regionais e nacionais. A REFORMAR trabalha em parceria com organizações locais, garantindo a aprendizagem e o crescimento mútuos. A REFORMAR trabalha em várias línguas, mas garante principalmente que, a nível internacional e regional, a importância da língua portuguesa seja reconhecida, pese embora não seja uma das línguas oficiais das Nações Unidas e União Africana.

Revisão Organizacional

Tina Lorizzo, PhD - Directora



Tina Lorizzo, PhD é membro fundadora da organização. Doutorada em Direito Público, Tina Lorizzo possui um mestrado em Justiça Criminal pela Universidade da Cidade do Cabo (UCT), na África do Sul. Professora-Adjunta na Faculdade de Direito da Universidade do Cabo Ocidental (UWC), Tina Lorizzo é Pesquisadora Associada da Africa Criminal Justice Reform (ACJR), na mesma Universidade.

Com enfoque na África Lusófona, Tina Lorizzo possui mais de quinze anos de experiência na área dos direitos humanos em justiça criminal. Seus interesses actuais estão relacionados à reforma carcerária e alternativas à prisão, crianças e mulheres em conflito com a lei, polícia e policiamento e a dinâmica entre o sistema de justiça formal e o direito consuetudinário.

Lourenço Sigauque – Psicólogo e pesquisador júnior (Estagiário)



Psicólogo e pesquisador júnior, Lourenço Sigaúque é licenciado em Psicologia Criminal pelo Instituto Superior de Ciências e Tecnologia Alberto Chipande (ISCTAC). Lourenço tem grande interesse pela protecção dos direitos humanos e em particular pela reabilitação e reinserção social de reclusos e ex-reclusos. Lourenço Sigaúque já teve a oportunidade de estagiar no Estabelecimento Penitenciário Preventivo de Maputo (EPPM), onde pôde aplicar, na prática, os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo da sua licenciatura.

Amide Nhamosse – Assistente jurídico e pesquisador júnior (Estagiário)



Amide Joaquim Nhamosse é o novo assistente jurídico e pesquisador júnior da REFORMAR. Licenciado em Direito pela Universidade São Tomás de Moçambique (USTM), Amide Nhamosse possui uma pós-graduação pela Universidade Pedagógica de Maputo

(UP). Amide Nhamposse está estagiando no Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica e Judiciária (IPAJ) afecto ao Estabelecimento Penitenciário (EP) Provincial de Maputo e ao Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres de Ndavela. Nos EPs está tendo a oportunidade de adquirir experiência e conhecimento na área de justiça criminal.

Ilídio Nhamumbo – Colaborador externo



Ilídio Nhamumbo é colaborador externo da REFORMAR. Ostenta os graus de Mestrado em Ciências Políticas (Georgia State University), e Desenvolvimento Internacional Sustentável pela Heller School for Social Policy and Management (Brandeis University), ambos nos Estados Unidos da América e Licenciado em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI) em Moçambique.

Acrónimos

ACE-AJ	Africa Centres of Excellence in Access to Justice
ASSODHT	Associação dos Direitos Humanos de Tete
CEP	Código de Execução das Penas
CFJJ	Centro de Formação Jurídico e Judiciária
CHREAA	Centre for Human Rights, Education, Advice and Assistance
CLN	Corredor Logístico de Nacala
CNDH	Comissão Nacional dos Direitos Humanos
CRM	Constituição da República de Moçambique
EP	Estabelecimento Penitenciário
EPPM	Estabelecimento Penitenciário da Provincial de Maputo
EPRJB	Estabelecimento Penitenciário de Recuperação Juvenil de Boane
IPAJ	Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica e Judiciária
ISCTEM	Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique
LRF	Legal Resources Foundation Trust
MAECI	Ministério dos Assuntos Estrangeiros e Cooperação Internacional da Itália
MISAU	Ministério da Saúde
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SERNAP	Serviço Nacional Penitenciário
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UNICEF	Programa das Nações Unidas para a Infância
UniRovuma	Universidade UniRovuma
UNODC	United Nations Office on Drugs and Crime
UWC	University of Western Cape

A Nossa Missão

A REFORMAR trabalha no âmbito dos Direitos Humanos aplicados à justiça criminal através de três áreas: pesquisa, formação e advocacia.

A pesquisa aplicada representa o trabalho central da REFORMAR. Sem evidências, não seria possível elaborar relatórios que possam trazer factos verificáveis e apresentar recomendações para mudança de leis, políticas e práticas. Em 2022, pesquisas como “Reconhecimento Jurídico de paralegais no Uganda, Tanzânia e Moçambique: lições, desafios e boas práticas”, relatório sobre as “Restrições da Covid-19 e o Impacto para Justiça Criminal – Resultados sobre Moçambique”, e “Crianças em conflito com a lei” trouxeram evidências preocupantes que representam a base para uma melhor promoção e protecção do quadro legal sobre a justiça criminal.

A REFORMAR continua preocupada em expandir o ramo de acção geográfica do seu trabalho de pesquisa. Além de considerar as regiões Sul, Centro e Norte do País e suas cidades representativas de Maputo, Beira e Nampula, julgamos oportuno e importante alargar o enfoque de estudos para outras províncias, quase sempre isoladas de abordagens académicas. O Memorando de Entendimento assinado com a Universidade UniRovuma deu os seus primeiros frutos em 2022 com uma Palestra sobre Penologia: Teoria, Práticas e Desenvolvimentos para 150 estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane (UEM). No mesmo ano, o Memorando com a Associação dos Direitos Humanos de Tete (ASSODHT) culminou com a pesquisa sobre a prisão-preventiva em Tete.

A segunda área de actuação da REFORMAR é a de formação. Desde a sua criação, a REFORMAR tem organizado e implementado formações para todos os actores de justiça criminal entre polícia, agentes penitenciários, magistrados judiciais e do Ministério Público, advogados e outros oficiais judiciais e juízes de tribunais comunitários. Em 2022, o ramo de acção abrangeu estudantes das faculdades de Direito da UEM e UNIROVUMA e do Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique (ISCTEM). Os formandos do Centro de Formação Jurídico e

Judiciária (CFJJ) foram também abrangidos, considerados um grupo-alvo importante para representarem os magistrados de amanhã.

A terceira área na qual a REFORMAR está engajada é do trabalho activo de advocacia a nível independente e em colaboração com outras organizações da sociedade civil para melhorar a protecção e defesa dos Direitos Humanos e o acesso à justiça no país.

Em 2022, a REFORMAR submeteu ao Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público, um pedido de impugnação das ilegalidades relativamente à detenção e prisão de um jovem envolvido no acidente de menor. Juntamente com o Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica e Judiciária (IPAJ), na Província de Gaza, a REFORMAR submeteu um pedido ao Tribunal Provincial da Província de Gaza para revisão da uma sentença onde o tribunal condenou ilegalmente um jovem de 20 anos a 23 anos de prisão. Juntou-se também a 29 organizações da sociedade civil contra a venda dos activos da VALE para qualquer outra empresa, entidade ou consórcio, antes que a mesma resolvesse todas as pendências derivadas dos impactos sociais e ambientais das suas actividades no país.

Actualmente, a REFORMAR apoia a recolha de duas mil assinaturas para submissão, ao Conselho Constitucional, da petição para despertar a constitucionalidade do número 2 do artigo 8 (Princípio da não Discriminação) do Código de Execução das Penas (CEP), intimamente ligado ao princípio da igualdade consagrado em vários instrumentos nacionais e internacionais.

2022 Em Revista

1. Publicações

1.1. *Relatórios de pesquisa*

No ano de 2022, a REFORMAR conduziu diferentes pesquisas e produziu vários relatórios de pesquisa, para instituições governamentais e organizações da sociedade civil. Na secção que se segue, serão elencados, acompanhados por resumos, todos os relatórios, reportando também a data da conclusão do trabalho.

Policiamento Democrático em Moçambique – Desafios da Formação para a Profissionalização

Março de 2022

As autoras Tina Lorizzo, PhD e Vanja Petrovic investigam os desafios do desenvolvimento e implementação do Policiamento Democrático em Moçambique, utilizando o quadro conceptual sobre Policiamento Democrático desenvolvido por Muntingh et al. O Policiamento Democrático refere-se à obediência da polícia ao Estado de direito, à responsabilização da polícia e à justiça processual por parte da polícia ao serviço do público, segundo as nove dimensões do Policiamento Democrático: conhecimento, eficácia e eficiência, ética e responsabilidade, Direitos Humanos, agente da polícia como cidadão, objectividade, responsabilidade, e empatia e confiança. Segundo as autoras, estas dimensões estão relacionadas e, em certa medida, têm relações causais e hierárquicas, embora na prática sejam frequentemente interligadas e interdependentes e também se reforçam mutuamente.

Desde 1990, a polícia moçambicana sofreu uma série de reformas em apoio aos padrões de Direitos Humanos e democracia multipartidária. Os desafios da implementação e o cumprimento do novo quadro legal têm afectado continuamente o policiamento na prática. O estudo reflecte sobre esses desafios por meio de uma revisão, análise e informações compartilhadas por cerca de 200 agentes policiais que participaram de seminários organizados pela REFORMAR – Research for Mozambique entre 2019 e 2021. Centrando-se particularmente na formação para a

profissionalização, o artigo visa estimular o debate e explorar as possibilidades de melhoria. Embora existam muitos obstáculos à polícia e ao policiamento baseados no conhecimento no país, as possibilidades de melhorias são vistas na formulação de políticas abrangentes, que se centrariam no desenvolvimento do conhecimento. A implementação de um tal quadro político dependeria da afectação de um orçamento específico e contar com o apoio da comunidade de doadores. A polícia precisará principalmente de se transformar numa instituição profissional e de aprendizagem.

Confira o artigo em língua Inglesa no seguinte link:

<https://reformatar.co.mz/publicacoes/democratic-policing.docx/view>

Em Janeiro de 2023, o artigo "O Policiamento Democrático em Moçambique - Desafios da Formação para a Profissionalização" da autoria de Tina Lorizzo e Vanja Petrovic, foi publicado no livro do IESE "Desafios para Moçambique 2022". Confira o artigo na publicação do IESE através do seguinte link: <https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2022/12/Desafios22-online.pdf>

Reconhecimento dos Paralegais em África: Lições, Desafios e Boas Práticas no Uganda, Tanzânia e Moçambique

Abril de 2022



A REFORMATAR foi responsável da recolha de

dados em Moçambique para o estudo "Reconhecimento dos Paralegais em África: Lições,

Desafios e Boas Práticas no Uganda, Tanzânia e Moçambique” que foi lançado em Uganda no dia 4 de Abril de 2022. O estudo reconhece que os paralegais desempenham um papel determinante na provisão de apoio legal para a garantia do acesso da comunidade à justiça. É, entretanto, uma actividade que eles vêm enfrentando numerosos desafios.

O evento reuniu as partes interessadas de toda a África, incluindo membros do Centro de Excelência para Acesso à Justiça, representantes de organizações da sociedade civil, órgãos/instituições regionais, formuladores de políticas, defensores dos Direitos Humanos, académicos e outras partes interessadas a se envolverem numa discussão frutífera sobre os desafios do acesso à justiça em África.

Confira o estudo na íntegra, em língua inglesa, disponível no seguinte link:

<https://reformar.co.mz/publicacoes/legal-recognition-of-paralegals-in-africa.pdf/view>

Para melhor compreensão do estudo para falantes da língua portuguesa, linhas de conduta foram criadas sobre o estudo e lançadas em Maputo em Novembro de 2022.

Confira as linhas de conduta, em língua portuguesa, disponível no seguinte link:

<https://reformar.co.mz/publicacoes/linhas-de-conduta-reconhecimento-juridico-de-paralegais-licoes-desafios-e-boas-praticas-1.pdf/view>

Relatório sobre as Restrições da Covid-19 e o Impacto para Justiça Criminal e Direitos Humanos – Quénia, Malawi, Moçambique, África do Sul e Zâmbia

Julho de 2022

Entre Dezembro de 2021 e Março de 2022, a ACJR juntamente com os parceiros REFORMAR, Centre for Human Rights, Education, Advice and Assistance (CHREAA) no Malawi, Ubuntu Justice Initiative (Zâmbia), e o Legal Resources Foundation Trust (LRF) (Quénia), organizaram consultas nos respectivos países para discutir o impacto socio-económico da COVID-19 e repercussões na justiça criminal e nos Direitos Humanos.

O relatório que foi produzido faz uma série de observações gerais que lidam com questões mais amplas de governação, Direitos Humanos e o sistema de justiça criminal. Fornece um resumo descritivo das principais conclusões das consultas, com foco em como os estados responderam as consequências socioeconómicas das restrições e as consequências para os sistemas de justiça criminal.

Confira o relatório na íntegra, em língua inglesa, disponível no seguinte link:

<https://reformar.co.mz/publicacoes/annexure-full-report.pdf/view>

Prisão preventiva e crimes sumários em Tete: a situação das crianças em conflito com a lei
Julho de 2022

A REFORMAR e a ACJR, em colaboração com a ASSODHT, conduziram a pesquisa sobre as prisões preventivas referentes a processos sumário-crime na Província de Tete, olhando para o quadro legal sobre o tratamento de menores e crianças bem como perceber as razões que levam os Magistrados Judiciais a autorizar a prisão preventiva, e as respostas de outros actores do sistema de administração de justiça, como Magistrados do Ministério Público, advogados e defensores públicos, mediante tais decisões.

Restrições da COVID-19 e o impacto para Justiça Criminal e Direitos Humanos - Resultados para Moçambique
Setembro de 2022

No dia 2 de Setembro de 2022, o estudo “Restrições da COVID-19 e o impacto para Justiça Criminal e Direitos Humanos - Resultados para Moçambique” foi oficialmente lançado em Maputo, na Sede Central do IPAJ.

O relatório é um resumo das consultas organizadas pela REFORMAR com outros actores que trabalham no sector da justiça em Moçambique e abrange as medidas governamentais que foram tomadas durante a pandemia; as penalizações, sanções e processos por violações; o impacto da COVID-19 no sistema de justiça criminal; o impacto socioeconómico das restrições da

COVID-19; e respostas inovadoras, eficazes e eficientes e boas práticas para uso futuro. O relatório serviu para a elaboração do relatório mais abrangente “Restrições da Covid-19 e o Impacto para Justiça Criminal e Direitos Humanos – Quênia, Malawi, Moçambique, África do Sul e Zâmbia” que foi lançado em Julho de 2022.

Confira o relatório, na íntegra, em língua portuguesa, no seguinte link:

<https://reformar.co.mz/publicacoes/annexure-three-mozambique-final-1.pdf/view>

Criminalização do consumo de Droga em Moçambique – Um olhar para menores privados de sua liberdade

Em curso



Em Outubro de 2022, a REFORMAR iniciou um estudo sobre o consumo de droga entre jovens. Objecto de análise foi o quadro legal sobre o consumo da droga e a experiência dos jovens com o sistema de justiça criminal para advogar para respostas médicas e sociais para prevenir e combater o consumo de drogas.

O objectivo central do estudo foi criar evidências e materiais de advocacia sobre o impacto da criminalização do consumo de drogas em Moçambique, com particular atenção para a situação de menores (entre 18 e 21 anos de idade). Para responder às perguntas de pesquisa, foram apresentados dados obtidos através de uma revisão de fontes secundárias e um trabalho de campo que envolveu entrevistas semi-estruturadas com representantes do Ministério da Saúde (MISAU), o Serviço Nacional Penitenciário (SERNAP), a organização não-governamental UNIDOS, bem como internos do Estabelecimento Penitenciário da Província de Maputo (EPPM, vulgo Cadeia Central).

O estudo será publicado em breve.

Dinâmicas de gênero nos casos de mulheres homicidas – um olhar para sentenças condenatórias

Em curso

O estudo analisa os crimes de violência doméstica perpetrados por mulheres contra os seus parceiros íntimos. Geralmente, parceiros íntimos refere a duas pessoas que mantêm um relacionamento romântico ou sexual, caracterizado por uma proximidade emocional, física e sexual. A consciência de que os homicídios femininos muitas vezes estão enraizados na vitimização leva a uma maior investigação do sistema de justiça criminal.

A bibliografia sobre mulheres condenadas por homicídio é escassa, contrariamente à bibliografia referente a homens que matam suas parceiras íntimas. Os crimes das mulheres são geralmente explicados como decorrentes da vitimização da violência doméstica.

Em contraste com pesquisas anteriores sobre homicídios, poucas mulheres relataram ter cometido crimes contra cônjuges violentos. Os estudiosos das vias feministas ocidentais consistentemente relatam que a ofensa das mulheres é amplamente baseada na sobrevivência, ligada a um acúmulo de factores inter-relacionados e interconectados, incluindo vitimização.

O estudo está ainda em curso.

1.2. *Artigos de Jornais*

Em 2022, a REFORMAR publicou o seguinte artigo, em diferentes jornais:

1. *Lorizzo T, 'Fugas das prisões em Moçambique: uma breve análise', Savana, 15 de Junho de 2022*
2. *Lorizzo T, "Fugas das prisões em Moçambique: uma breve análise", O País, 27 de Julho de 2022.*
3. *Lorizzo T, 'Fugas das prisões em Moçambique: uma breve análise', Revista Wokolola do Centro de Formação Jurídica e Judiciária, de 13 de Dezembro de 2022.*

2. Formações e Seminários

Módulo em Penologia no Instituto de Ciências e Tecnologia de Moçambique (ISCTEM)

Janeiro de 2022



A REFORMAR realizou, pela primeira vez, entre 24 de Janeiro de 2022 e 25 de Abril de 2022, na faculdade de ISCTEM, uma formação sobre Penologia: teoria, prática e novos avanços. A formação foi dividida em 8 sessões e teve como grupo alvo 55 (24 homens e 31 mulheres) estudantes finalistas do curso de Direito leccionado pelo ISCTEM, na Cidade de Maputo.

Durante as sessões, os estudantes tiveram a oportunidade de examinar os desenvolvimentos históricos da punição criminal, incluindo as origens das prisões, prisão preventiva, julgamento, sentença e a execução das penas. O módulo forneceu uma análise detalhada do quadro jurídico nacional, jurisprudência relevante e estudos de casos ou pesquisas locais que examinam as diferentes opções de punição. O objectivo do módulo foi fornecer aos participantes conhecimentos sólidos sobre e fundamentos teóricos da penologia, bem como sobre novos desenvolvimentos em políticas e práticas relativas à matéria penal.

O módulo terminou no dia 25 de Abril de 2022 com uma visita de estudo ao Estabelecimento Penitenciário Preventivo de Maputo. Os estudantes tiveram a oportunidade de conhecer o estabelecimento e conciliar o conhecimento adquirido no módulo de Penologia com os desafios que ocorrem na prática.

Na visita, os mesmos tiveram a oportunidade de encontrar-se com o Director, Ilídio Mutola, com alguns agentes penitenciários; com dois internos e fizeram uma visita geral ao estabelecimento.

Consulta com Organizações da Sociedade Civil sobre as restrições da COVID-19 e Direitos Humanos em Moçambique

Fevereiro de 2022



No dia 8 de Fevereiro, a REFORMAR organizou uma consulta com Organizações da Sociedade Civil sobre as restrições da COVID-19 e Direitos Humanos em Moçambique. O objectivo foi documentar as violações dos Direitos Humanos ligadas às medidas de confinamento, como o governo respondeu a essas violações, qual foi o papel da Sociedade Civil e das Instituições Nacionais de Direitos Humanos. Conseguiu, desta forma, ter mais informações sobre exemplos de boas práticas e lições aprendidas no sistema de Justiça Criminal e Direitos Humanos para o futuro.

Visita de estudo ao Estabelecimento Penitenciário de Recuperação Juvenil de Boane com estudantes da Universidade Eduardo Mondlane

Março de 2022



A REFORMAR conduziu uma visita de estudo ao Estabelecimento Penitenciário de Recuperação Juvenil de Boane (Província de Maputo) para 12 estudantes da Clínica Jurídica da Faculdade de Direito da UEM.

O módulo em Penologia foi leccionado pela primeira vez na Faculdade de Direito da UEM em Novembro de 2021. Durante as sessões, com base na pesquisa empírica avançada e actualizada dos campos da criminologia e penologia, o módulo apresentou aos estudantes as abordagens punitivas e tradicionais da punição criminal, com o objectivo de trazer à consciência uma abordagem nova sobre as penas.

Durante a visita, os estudantes tiveram a possibilidade de entrevistar a Directora do estabelecimento que se prontificou a clarificar as questões que foram colocadas, bem como agentes penitenciários que se focaram mais nas actividades por eles desenvolvidas e com dois internos que contaram como é o quotidiano no recinto prisional. O retiro terminou com visita geral ao estabelecimento.

Laboratório de Expressão Criativa Fotográfica – Estabelecimento Penitenciário de Recuperação Juvenil de Boane

Abril de 2022

O Laboratório de Expressão Criativa Fotográfica no Estabelecimento Penitenciário de Recuperação Juvenil de Boane iniciou no mês de Dezembro de 2021 e sofreu uma interrupção

devida à situação da pandemia de Covid-19 (Decreto n.º 94/2021 de 20 de Dezembro). Através do laboratório, dez internos que participaram da actividade, criaram um espaço para expressar-se, partindo da percepção sobre os fundamentos da linguagem fotográfica. Um espaço para aprender a ver, a ver-se, a narrar e a auto narrar-se. Mas também um espaço onde aprender algo novo e se questionar sobre identidade e futuro, sempre dançando em equilíbrio entre as duas componentes da linguagem fotográfica: emoção e técnica.

A cerimónia de encerramento do curso decorreu no dia 27 de Abril e contou com a participação da Directora do Estabelecimento, a Chefe da Repartição de Reinserção Social, a Directora da REFORMAR na companhia dos técnicos e de dois chefes do recinto (internos). Os internos tiveram a oportunidade de receber da mão dos Directores das duas instituições e dos técnicos, o Certificado de Participação do curso.

Palestra sobre Como é viver da fotografia – Estabelecimento Penitenciário de Recuperação Juvenil de Boane

Julho de 2022



No dia 21 de Julho de 2022, Lourenço Sigaúque, pesquisador da REFORMAR, organizou uma palestra para os dez internos que participaram do curso de fotografia. Com o tema “Como é viver da fotografia”, o fotógrafo Simão Penicel, profissional que exerce a função de fotógrafo em cerimónias comemorativas, parques e jardins na cidade e província de Maputo contou como começou a sua carreira em 1992, dos desafios enfrentados e como trabalha nos dias de hoje.

Palestra sobre Crianças em conflito com a Lei: quadro legal e práticas - Estabelecimento Penitenciário de Recuperação Juvenil de Boane

Julho de 2022



No âmbito das acções de formação, a REFORMAR realizou no dia 2 de Junho de 2022, no Estabelecimento Penitenciário de Recuperação Juvenil de Boane, uma palestra sobre “Crianças em conflito com a Lei: quadro legal e práticas”.

A palestra teve o objectivo de actualizar o conhecimento dos funcionários do estabelecimento, sobre o quadro internacional dos Direitos Humanos, o quadro legal moçambicano sobre a justiça infanto-juvenil, assim como as práticas em matéria de crianças em conflito com a lei. A palestra teve como grupo alvo 20 funcionários do estabelecimento, afectos a diversos sectores.

Seminário sobre prisão preventiva e crimes sumários em Tete: a situação das crianças em conflito com a lei

Julho de 2022



A REFORMAR e a ACJR, em colaboração com a ASSODHT, no âmbito das acções de formação, organizaram na Província de Tete, no dia 27 Julho de 2022, um evento sobre Crianças em Conflito com a Lei.

O evento resultou da pesquisa "Prisão preventiva e processo sumário-crime, um olhar sobre a situação de crianças em conflito com a lei na Província de Tete". Foi analisado o Quadro Internacional dos Direitos Humanos, o Quadro Legal Moçambicano sobre a Justiça Infanto-juvenil e as práticas em matéria de criança em conflito com a Lei no País.

O evento contou com a presença de Magistrados Judiciais e do Ministério Público, defensores públicos, advogados da Ordem dos Advogados de Moçambique, oficiais da PRM e representantes do SERNAP e do Ministério de Género, Criança e Acção Social. Celebrou-se igualmente a assinatura do Memorando de Entendimento com a ASSODHT.

Segunda edição do Módulo de Penologia – Universidade Eduardo Mondlane

Setembro de 2022



Iniciou no dia 5 de Setembro de 2022 a segunda edição do módulo de "Penologia: Teoria, Práticas e Desenvolvimentos", na Faculdade de Direito da UEM, leccionado pela primeira vez em 2021.

O módulo teve como objectivo principal, dotar os estudantes do 4º ano da Faculdade e estagiários do Centro de Práticas Jurídicas (CPJ) de conhecimento sobre a história da pena e prisão em particular, o quadro internacional dos Direitos Humanos em todas as fases de justiça criminal, o quadro legal da pena criminal em Moçambique e os principais desafios no Sistema Penitenciário moçambicano.

O módulo terminou no dia 14 de Setembro e, ao longo das sessões, os estudantes tiveram a oportunidade de conhecer a história da pena e da prisão no mundo e em Moçambique, analisar os Direitos Humanos aplicados a justiça criminal, e criticamente debater os diversos desafios do sistema penitenciário em Moçambique. O módulo serviu igualmente para despertar e tirar o vélo de uma análise fria do quadro legal em vigor sobre a justiça criminal.

Segunda edição do módulo em Penologia - Centro de Formação Jurídica e Judiciário

Outubro de 2022



Iniciou no dia 6 de Outubro o módulo de "Penologia: Teoria, Práticas e Desenvolvimentos", para 114 novos formandos do Centro de Formação Jurídica e Judiciário. O módulo teve como principal objectivo dotar os formandos de conhecimento sobre a história da pena e prisão, o quadro internacional dos Direitos Humanos em todas as fases de justiça criminal, o quadro legal da pena criminal em Moçambique e os principais desafios no sistema penitenciário Moçambicano.

As diferentes sessões focaram nas penas não privativas de liberdade em Moçambique, quadro legal e desafios de aplicação e pena do trabalho socialmente útil. Todas sessões foram bastante dinâmicas com os formandos participando activamente.

O módulo terminou com uma avaliação onde os formandos apresentaram diferentes temas, analisando o novo Código de Execução de Penas e em que medida este instrumento leva em

consideração e integra as Regras de Mandela. Outros fizeram um ensaio sobre a história e o desenvolvimento da punição em Moçambique, descrevendo quais teorias de punição foram aplicadas e quais as filosofias por trás dessa abordagem. Outros formandos apresentaram opiniões sobre os prós e os contras da pena de prisão perpétua, e analisaram como poderíamos punir a ofensa criminal de furto simples de uma forma diferente do quadro legal em vigor.

Penologia: Teoria, Práticas e Desenvolvimentos - UniRovuma Nampula

Outubro de 2022



No âmbito do Memorandum de Entendimento assinado entre a REFORMAR e a Universidade Rovuma, no dia 14 de Setembro de 2021, a REFORMAR escalou a Província de Nampula para uma Palestra sobre Penologia: Teorias, Práticas e Desenvolvimentos. O evento teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade UniRovuma no dia 17 de Outubro de 2022, das 9 às 16 horas no ANFITEATRO A do Campus de NAPIPINE.

O evento foi direccionado a cerca de 150 estudantes da Faculdade de Direito que tiveram a oportunidade de conhecer e aprofundar sobre a pena e a prisão em Moçambique e no mundo. Em particular, o quadro legal nacional e internacional dos Direitos Humanos em todas as esferas da Justiça Criminal e os principais desafios no Sistema Penitenciário moçambicano foram analisados e debatidos.

Formação de Formadores em Ética e Integridade das Instituições Públicas

Novembro de 2022



A REFORMAR, representada por Tina Lorizzo na qualidade de formadora, participou da formação de Formadores na utilização dos módulos educativos da United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC) em cooperação com o CFJJ e o Rule of Law Centre.

Os participantes discutiram a liderança ética, diversidade e pluralismo, criando suas próprias aulas com material da UNODC.

Reprodução Cinematográfica - Estabelecimento Penitenciário de Recuperação Juvenil de Boane

Dezembro de 2022



A 1 de Dezembro de 2022, a REFORMAR representada pelo Lourenço Sigaúque, realizou uma reprodução cinematográfica do filme “Ricardo Rangel – Ferro em Brasa” do realizador moçambicano Licínio de Azevedo. O filme foi direcionado para os participantes do Laboratório de Fotografia. O filme com duração de 52 minutos é um documentário dos 80 anos do fotógrafo moçambicano Ricardo Rangel, 60 dos

quais dedicados à fotografia, dirigido por Licínio de Azevedo. Ricardo Rangel é o símbolo da geração que no fim dos anos 40 iniciou as primeiras denúncias contra a situação colonial. Enquanto fotografava a cidade dos colonos, Rangel revelava a desumanidade e crueldade do colonialismo.

Ética Profissional e Integridade das Instituições de Justiça

Dezembro de 2022



Tina Lorizzo, foi convidada para ministrar uma Palestra sobre Ética Profissional por ocasião do encerramento do Curso de Prática Forense que decorreu no dia 12 de Dezembro de 2022 no CFJJ.

3. Acções de Advocacia

Em 2022, a REFORMAR organizou diferentes acções de advocacia. Entre elas, algumas foram concluídas e outras ainda estão em curso.

Pedido de impugnação de ilegalidades no caso de atropelamento resultante em óbito

Janeiro de 2022

A REFORMAR apresentou um pedido de impugnação de ilegalidades ocorridas relativamente à detenção e prisão de um jovem envolvido no acidente de menor por forma a repor a legalidade que foi violada.

Pedido de Revisão da Sentença no caso de aplicação de pena de prisão além do período pré-estabelecido por Lei

Fevereiro de 2022

A REFORMAR, juntamente com o Instituto de Assistência Judiciária (Província de Gaza), apresentou um pedido ao Tribunal Provincial da Província de Gaza para revisão de uma sentença que condenou um jovem de 20 anos a 23 anos de prisão. O Código Penal prevê uma pena máxima de 12 anos para um jovem até 20 anos. Conforme consta nos autos, na altura dos factos, o arguido tinha 21 anos de idade, tendo sido condenado em primeira instância a 22 anos de prisão maior pelo cometimento do crime de cárcere privado, convescido em crime de violação sexual de uma menor de 12 anos e um valor de indemnização de 20.000,00 MT à vítima. A mesma sentença foi recorrida pelo Ministério Público, tendo sido fixada uma nova sentença condenatória de 23 anos de prisão maior, mantendo-se todo resto da decisão anterior. Ora, à data dos factos, é necessário sublinhar que o réu não tinha completado 21 anos de idade, ainda que fosse completá-los no mesmo ano. Com recurso ao cartão de eleitor encontrado pelo irmão mais velho do indiciado, foi possível comprovar a idade e seguindo os trâmites legais neste momento o caso aguarda o despacho do Tribunal Supremo que indica a nova moldura penal que o indiciado estará sujeito.

A REFORMAR contra a venda dos activos da VALE

Fevereiro de 2022



CARTA ABERTA AO MIREME E AO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE A RESPEITO DA VENDA DA VALE MOÇAMBIQUE

EXMO SENHOR MINISTRO DOS RECURSOS MINERAIS E ENERGIA

Maputo, 17 de Fevereiro de 2022

CC:

Sua Excelência Presidente da República de Moçambique;
Sua Excelência Presidente da Assembleia da República de Moçambique;
Sua Excelência Primeiro Ministro da República de Moçambique;
Sua Excelência Ministro da Justiça e Assuntos Constitucionais e Religiosos;
Sua Excelência Ministro da Terra e Ambiente;
Sua Excelência Ministro da Saúde;
Sua Excelência Ministro da Indústria e Comércio;
Sua Excelência Secretário de Estado da Província de Tete;
Sua Excelência Governador Provincial de Tete;
Digníssimo Procurador da Justiça;
Digníssimo Procurador Geral da República de Moçambique;
Digníssimo Procurador Provincial da Província de Tete;
Digníssimo Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos;
Digníssimo Presidente do Tribunal Administrativo do Cidade de Maputo;
Digníssimo Presidente do Tribunal Administrativo da Província de Tete;
Embaixada de Israel em Moçambique;

A REFORMAR juntou-se a 29 outras organizações da sociedade

civil contra a venda dos activos da VALE. As organizações e grupos da sociedade civil apelaram a Sua Excelência Ministro dos Recursos Minerais e Energia, e ao Governo da República de Moçambique, que não autorizassem a venda dos activos da empresa VALE Moçambique, nomeadamente a Mina de Moatize e o Corredor Logístico de Nacala (CLN), para qualquer outra empresa, entidade ou consórcio, antes que a Vale Moçambique resolva todas as pendências derivadas dos impactos sociais e ambientais das suas actividades no país.

A mineradora conta com inúmeros processos legais em curso, processos de negociação de compensações às comunidades locais ainda não terminados, e problemas provocados pelas suas actividades que ainda não foram resolvidos.

Confira a carta “Sair de Moçambique sem pagar as dívidas NÃO, VALE!” no seguinte

link: <https://reformar.co.mz/.../carta-conjunta-ao-mireme.pdf/view>

Pedido de Impugnação de ilegalidades no caso de 40 crianças condenadas a penas de prisão superior ao previsto na Lei

Março de 2022

No âmbito das actividades de advocacia levadas a cabo sobre diversos assuntos do ramo da justiça em Moçambique, a REFORMAR solicitou ao MJACR, através do SERNAP, dados estatísticos

de crianças e menores que encontravam-se na situação de cumprir penas superiores a 8 anos de prisão (para a faixa etária de 16-18 anos de idade) e 12 anos de prisão (para a faixa de 18-21 anos de idade). Em data 8 de Fevereiro de 2022, a REFORMAR recebeu a missiva n.45/MJACR-GM/059/22 do MJACR que refere a situação de cerca de 40 crianças e menores que foram condenadas a penas além do pré-estabelecido por lei.

A REFORMAR apresentou à PGR o pedido de impugnação das ilegalidades ocorridas em relação a 40 crianças condenadas a penas de prisão superiores às previstas na lei. As crianças estão presas em diferentes prisões do país.

Em resposta, a PGR confirma a existência de alguns dos referidos casos, especificamente das crianças encarceradas nos estabelecimentos penitenciários da Província de Inhambane e Província de Maputo. Neste momento segue em curso uma investigação para perceber a situação das restantes crianças encarceradas nos outros estabelecimentos penitenciários do país com vista a restabelecer as ilegalidades outrora violadas.

Petição para Revogação do número 2 do artigo 8 do Código de Execução das Penas

Junho de 2022

A REFORMAR preparou um requerimento que solicita a revogação do número 2 do artigo 8 do CEP (Princípio da não-discriminação) que afirma que “sempre que as condições do Estabelecimento Penitenciário o permitirem, o Estado assegura o acesso a condições mais favoráveis mediante pagamento do seu custo por parte de recluso que delas pretender usufruir”. Ao contrário das Regras de Mandela, o legislador moçambicano preferiu dar prioridade aos reclusos que se encontram em situação de menor vulnerabilidade económica que, podendo pagar, podem usufruir de melhores condições durante o encarceramento.

Com vista a salvaguardar a igualdade de tratamento entre os encarcerados, a REFORMAR acredita que o n.º 2 do artigo 8 do CEP apenas estenderá às prisões, a desigualdade entre os pobres e ricos presentes na sociedade e ter promulgado tal distinção vai contra o princípio da

não-discriminação internacional e nacionalmente reconhecido. Por estas razões formais e materiais, juntamente com 1999 cidadãos, nos termos do artigo 79 (Petição, Queixa e Reclamação) da Constituição da República de Moçambique (CRM), a REFORMAR requer junto do Conselho Constitucional, a declaração da Inconstitucionalidade do n.º 2 do artigo 8 do CEP.

Confira o Sumário Executivo da Petição na integra em:

<https://reformar.co.mz/publicacoes/sumario-executivo-peticao.pdf/view>

4. Outras actividades

Em 2022, a REFORMAR participou de outras actividades, nas quais deu a sua contribuição.

A seguir serão especificamente elencadas participações da REFORMAR em eventos, nacionais e internacionais.

Construção da “Cerca de vedação de gado caprino”, no Estabelecimento Penitenciário de Recuperação Juvenil de Boane

Julho de 2022



A REFORMAR, no âmbito da angariação de fundos para construção do curral no estabelecimento, com o apoio de confissões religiosas e pessoas individuais, conseguiu comprar o material necessário para proteger, do gado, à área que os reclusos usam para prática das actividades agrícolas.

Para preservar o espaço, no mês de Julho de 2022 um novo curral foi construído e a nova instalação impedirá que o gado danifique as culturas que os reclusos produzem para própria dieta alimentar.

Visita ao Estabelecimento Penitenciário Provincial de Tete e o Centro Aberto de Chingodzi

Julho de 2022



No âmbito do lançamento da pesquisa "Prisão preventiva e processo sumário-crime, um olhar sobre a situação de crianças em conflito com a lei na Província de Tete" que teve lugar no dia 27 de Julho no Hotel Mimos, a REFORMAR visitou, na companhia do Dr. Júlio Calengo da ASSODHT, o Estabelecimento Penitenciário Provincial de Tete e o Centro Aberto de Chingodzi.

4.1. Participações

Participação do debate no programa Quid Juris da STV, sobre a protecção de Crianças em conflito com a Lei

Junho de 2022



Foi objecto de discussão do programa Quid Júrís da STV, no dia 8 de Junho de 2022, o problema das Crianças em conflito com a Lei. Dra. Tina Lorizzo participou do debate com o Dr. Ilísio de Sousa, jurista e advogado, a Dra. Jacinta Mavululi Curadora de Menores, e o Dr. Taju Valgi em representação do SERNAP.

A discussão versou-se sobre o quadro legal de protecção das crianças em conflito e contacto com a lei e seus desafios. Considerando que a responsabilidade criminal em Moçambique é fixada aos 16 anos de idade, toda a criança menor desta idade, quando encontrada a violar a lei deve ser encaminhada ao Tribunal de Menores. Os intervenientes apontaram o problema da limitação da legislação aplicável a crianças inimputáveis (menores de 16 anos) considerando que, entre as medidas socio-educativas que o artigo 27 da Lei 8/2008 enumera, o juiz pode apenas aplicar a "entrega da criança aos pais e ou encarregados familiares". As outras medidas como o encaminhamento para um centro de recuperação juvenil não pode ser usado considerando que nunca foram criados tais centros.

Foi também compartilhado pelo representante do SERNAP o número actualizado de crianças e menores encarceradas (imputáveis) no país, que amonta a cerca de 5.000. Os dados foram problematizados, considerando os perfis socio-económicos destas crianças, muitas vezes órfãs e ou filhos de pais separados, sem ou com pouca escolaridade. Os intervenientes sublinharam a urgente necessidade, por parte dos juízes, de não fazer recurso à prisão como primeira opção,

mas que uma análise mais aprofundada das situações socio-económicas de cada criança que viole a lei deve ser feita para que a punição não olhe apenas a uma função de retribuição.

Participação do debate no programa Linha Aberta da STV, sobre a morte dos reclusos no Estabelecimento Penitenciário Distrital de Milange, na Província de Zambézia

Junho de 2022



Foi no programa Linha Aberta do canal STV, no dia 22 de Junho de 2022, que a Dra. Tina Lorizzo, juntamente com o Jurista Sérgio Quehá, participara de um debate que teve como objecto, a morte dos reclusos que ocorreu no dia 15 de Junho no Estabelecimento Penitenciário (EP) Distrital de Milange, na Província de Zambézia. A responsabilização do agente penitenciário que causou as mortes, as eventuais causas que levaram os reclusos a praticar a tentativa de fuga e o enquadramento legal do uso da força, foram os pontos-chave do debate.

Como avançou a Dra. Lorizzo, podem ser várias as causas que levam os reclusos a optarem pela tentativa de fuga, entre elas a insatisfação ligada à falta de resposta do sistema da administração de justiça à própria situação processual, e ao tratamento durante o encarceramento. Para que isso seja evitado, a magistratura judicial e o Ministério Público, os defensores públicos e a administração penitenciária devem trabalhar em conjunto para responder aos desafios constantes do sistema da justiça.

É preciso lembrar que as penitenciárias do País estão superlotadas e o EP de Milange tem uma superlotação de 200% (cerca de 300 reclusos com uma capacidade para 100 pessoas). No mesmo estabelecimento também, apenas dois eram os agentes em serviço, informações que deixam claro que é preciso trabalhar no aumento do número de agentes penitenciários nos

estabelecimentos, na formação deles também em matéria de uso da força e gestão de eventos como evasões e protestos.

O quadro internacional e doméstico é claro sobre o uso da força por parte de agentes penitenciários, algo que deve ser proporcional, necessário e justo respeito à força a vencer. A perda de vidas humanas é um evento triste e é necessário responsabilizar quem actuou fora deste quadro.

Participação do debate no programa Ponto nos II da STV, sobre fugas de prisões em Moçambique

Junho de 2022



As fugas foram na sua maioria de grupo, podendo entender-se que quanto maior for o número de reclusos a participarem das evasões as probabilidades de haver sucesso são maiores. As notícias mostram também as fragilidades das instalações, com casos de reclusos a fugir de vão de janelas e outros escalando redes sem protecção suficiente. É necessário ter em conta que a superlotação, por exemplo, é um problema gerido, mas não criado pelo SERNAP, assim como outros problemas relacionados com a incerteza da situação processual de cada recluso como, por exemplo, o dos prazos expirados das prisões preventivas.

As evasões podem ser sintomas de condições precárias de reclusão, mas podem também estar a desafiar a decisão de um tribunal. As queixas dos reclusos deveriam ser sempre tratadas de forma eficaz, eficiente e justa para que estas não se transformem em protestos.

Apresentação, no programa Manhã Informativa da STV, do Relatório sobre Restrições da COVID-19 e o Impacto para Justiça Criminal e Direitos Humanos em Moçambique
Setembro de 2022



Tal como em outras partes do mundo, as restrições impostas pelo governo destinavam-se a conter e minimizar a propagação do vírus. As restrições proibiram na sua maioria a circulação e a recolha de pessoas. A desobediência a tais medidas resultou no crime de desobediência, punível com pena de prisão até seis meses.

As medidas foram, na sua maior parte, transportadas para cá sem olhar para aquilo que eram as realidades. Considerando que a população moçambicana, na sua maioria está no sector informal, isto trouxe um grande problema na vida de muitas famílias. A opinião pública foi dividida porque para alguns as medidas eram muito pesadas.

Foi no dia 5 de Setembro de 2022 que a Directora da REFORMAR, apresentou o Relatório sobre as Restrições da COVID-19 e o Impacto para Justiça Criminal e Direitos Humanos em Moçambique no programa televisivo da STV “Manhã Informativa”.

Seminário de Validação da Proposta de Revisão da Lei Dos Tribunais Comunitários

Julho de 2022



No dia 22 de Junho de 2022, decorreu no Hotel Indy Village em Maputo, o Seminário de VALIDAÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO DA LEI DOS TRIBUNAIS COMUNITÁRIOS, do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos (MJACR) com o apoio da UNICEF, PNUD e World Vision.

Participaram do evento juízes dos tribunais comunitários e outros actores da administração da justiça. Lorizzo participou do Seminário dando contribuições de como os tribunais comunitários poderiam ajudar a "Justiça Formal" no acesso à justiça para todos e em particular, aliviar o sistema prisional no país.

A directora do MJACR, Aíssa Aiuba Dabo, explicou o contexto que norteia a revisão da Lei. "O exercício que foi feito era para regulamentar a Lei 4/1992, mas esta mostrou-se desactualizada, no que concerne ao contexto constitucional do país". A Directora garantiu que, depois do seminário de Maputo, a proposta aprovada seria submetida ao Governo e enfim à Assembleia da República.

Webinário Reescrevendo Julgamentos Africanos a partir de Perspectivas Feministas e Lançamento da Plataforma LUC

Agosto de 2022



A REFORMAR participou do Webinário organizado por activistas africanas dos direitos das mulheres e direitos sexuais no dia 24 de Agosto de 2022 para reescrever julgamentos africanos a partir de perspectivas feministas e lançam a plataforma *Let Us Collaborate* (LUC). O evento, organizado pela organização Sul Africana Initiative for Strategic Litigation on Africa (ISLA) contou com a participação da Dra. Ruth Nekura (facilitadora), Directora Jurídica da ISLA, Sibongile Ndlashe, Directora Executiva da ISLA, Prof. Ambreena Manji- Professora de Direito, Cardiff Law School, Dra. Martha Malika Maneno (Académica em Estudos Sociais e Jurídicos) e a Emmah Khisa Senge Wabuke – Advogada do Tribunal Supremo do Kenya.

Durante o Webinário várias foram as preocupações levantadas pelas intervenientes. Os quadros legais em vigor nos vários países Africanos foram destacados como sendo um limite ao direito a um julgamento justo para mulheres. A falta de aplicação, pelos aplicadores da lei, de princípios fundamentais que salvaguardam os direitos das mulheres, previstos seja nas constituições e nos instrumentos internacionais de Direitos Humanos.

As activistas não só apontaram problemas como também propostas de soluções, destacando a importância de rever a pedagogia de ensino nas formações iniciais de magistrados, para que se ensine os novos juízes a fazer julgamentos com abordagens feministas; e de acompanhar os mesmos juízes na primeira fase das suas carreiras. O envolvimento das mulheres e seus

movimentos na criação de leis foi também destacada como importante para que seja mais real a possibilidade de criar julgamentos mais justos.

No mesmo webinar lançou – se a plataforma Let Us Collaborate (LUC), projectada para apoiar colaborações, coalizões, redes e colectivos que trabalham para os direitos das mulheres e direitos sexuais em África. A plataforma pretende juntar defensores de Direitos Humanos, activistas, académicos, advogados e outros actores do sector da justiça social para trabalharem juntos em acções estratégicas de litígio, pesquisa e advocacia. A REFORMAR apoiou a organização do evento com a tradução simultânea do inglês para português para que os falantes de língua portuguesa pudessem participar do webinar.

Descriminalização do estatuto pessoal e Activismo

Setembro de 2022



A REFORMAR participou de 27 à 29 de Setembro de 2022 da conferência "Descriminalização do estatuto pessoal e Activismo". Evento da campanha "Pobreza não é crime", teve como objectivo promover a Defesa Colectiva e Estratégias de Defesa Legal em várias áreas para desafiar as leis da era colonial e outras leis mais recentes que armam o Sistema de Justiça Criminal contra comunidades, activistas e defensores dos Direitos Humanos dos pobres e marginalizados.

Por três dias, cerca de 150 participantes provenientes de todos os continentes, discutiram boas práticas e desafios para descriminalizar a pobreza no mundo. A conferência tem lugar na Universidade de Stellenbosch, na África do Sul. O primeiro painel da conferência abordou as Estratégias para o Sucesso: Lições da África sobre Advocacia e Reforma Jurídica. O segundo

painel, moderado por Lorenzo Wakefield da Mott Foundation, focou sobre a " Polícia e Policiamento - desafiar políticas e práticas discriminatórias dos aplicadores da lei". A última sessão do primeiro dia da conferência sobre a Descriminalização da Pobreza e Status Pessoal teve como objecto, o uso da pesquisa para mudanças efectivas a nível local, nacional, regional e global.

As primeiras duas sessões do segundo dia da conferência olharam para "Factores de Criminalização – Procurando leis Coloniais e novas leis que aplicam uma Lógica Colonial" e "Desafios na Criminalização de protestos e activismo". A segunda sessão examinou o Impacto da Criminalização de Protestos e Activismo olhando em particular os últimos acontecimentos em Paquistão e Sri Lanka. O papel e o poder da "Litigância Estratégia e da Comunicação para Descriminalizar a Pobreza" foram objecto de discussão do terceiro e último dia da conferência "Descriminalizar o estatuto pessoal e Activismo". A conferência terminou com uma chamada para uma Acção de combate a descriminalização e despenalização da pobreza.

Conferência sobre Mundo de Mulheres

Setembro de 2022



A REFORMAR participou da Conferência "Mundo de Mulheres 2022" que teve lugar em Maputo. Na Sessão "Violências de (baseada em) género no Mundo: balanço de pesquisas, políticas públicas e activismos", coordenada por Miriam Pillar Grossi (NIGS/UFSC) e Carmelita Silva (CIGEF/Uni-CV) a REFORMAR apresentou o artigo "O Abuso Sexual nas Prisões: Uma Crise Global dos Direitos Humanos" publicado depois dos acontecimentos do Estabelecimento Penitenciário Especial de Mulheres de Ndlavela". O

debate viu a participação de oradores Brasileiros e Cabo-Verdianos assim como o engajamento de mulheres de todo o País.

Reunião sobre o Financiamento da Justiça Comunitária no Continente Africano

Outubro de 2022



No dia 19 e 20 de Outubro de 2022, a REFORMAR participou da reunião organizada pelo Africa Centres of Excellence in Access to Justice (ACE-AJ) em Nairobi sobre "Financiamento da Justiça Comunitária no Continente Africano - Reunião Preparatória para o Fórum Político de Alto Nível 2023".

Reunião regional de dois dias sobre Mecanismos Independentes de Supervisão dos Estabelecimentos Penitenciários

Outubro de 2022



A REFORMAR participou da reunião regional de dois dias sobre Mecanismos Independentes de Supervisão dos Estabelecimentos Penitenciários na Cidade de Johannesburg. Delegados de Moçambique, Angola, Botswana, Eswatini, Kenya, Lesotho, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Namíbia, Nigéria, Seychelles, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabwe e Uganda debateram sobre boas práticas, lições e desafios

para uma monitoria eficiente e eficaz das prisões. O evento foi organizado pelo Southern Africa Litigation Centre.

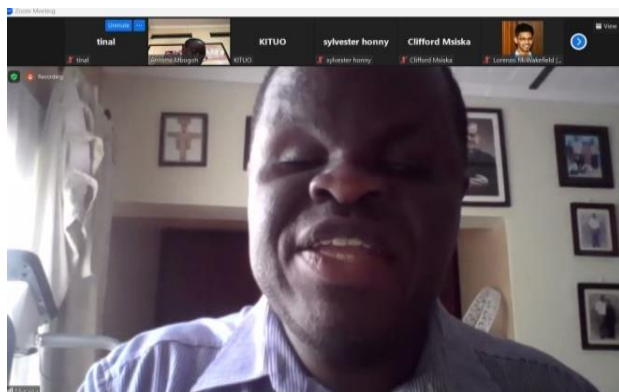
Durante a reunião dirigida pelos Inspectorados Judiciais da África do Sul e Malawi, os delegados vindos de dezassete países Africanos, tiveram a oportunidade de (1) aprofundar sobre as normas em matéria de supervisão prisional; (2) ouvir as perspectivas de ex-reclusos sobre as limitações e oportunidades das práticas de supervisão prisional; e (3) debater sobre as melhores práticas em supervisão prisional. Em particular, as tendências e desafios relacionados com o encarceramento de estrangeiros, de outros grupos vulneráveis como crianças, mulheres com crianças, pessoas com problemas de saúde mental, e da comunidade LGBTIQ. A delegação Moçambicana foi representada pelas Juízas Vitalina Papadakis, Berta Zita, o Director do Estabelecimento Penitenciário Provincial de Maputo Sabão Almolado e representante do Serviço Nacional Penitenciário Mercia Guila.

Confira o documento de fecho da conferência.encontrar no seguinte link:

<https://lnkd.in/e5KX9j57>

Webinário sobre Como envolver significativa e estrategicamente a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos no financiamento do trabalho da justiça de base

Dezembro de 2022



No dia 8 de Dezembro de 2022, a REFORMAR participou do *webinário* sobre Como envolver significativa e estrategicamente a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos no financiamento do trabalho da justiça de base organizado pelo ACE-AJ.

O aproximação à justiça acessível e oportuna deve ser para todos. E isso só pode ocorrer onde o financiamento estatal for priorizado e alocado para fortalecer instituições e financiar programas destinados a alcançar este objectivo. Isso inclui compromisso em fornecer recursos que enfatizem modelos sustentáveis de empoderamento legal que reconheçam o papel central dos paralegais.

Visita ao Estabelecimento Penitenciário Especial de Ndlavela

Dezembro de 2022



No dia 20 de Dezembro, a REFORMAR representada pela Dra. Lorizzo efectuou, a convite do Observatório das Mulheres, uma visita ao Estabelecimento Penitenciário Especial de Ndlavela. A visita foi importante para reiterar o apoio que cada um deve dar às mulheres encarceradas.

Depois de uma conversa informativa sobre a situação do EP com a Directora Natália Guilherme, surgiu a oportunidade de conversar individualmente com as mais de 100 internas, com o objectivo de impulsionar o apoio necessário para que cada situação processual indevida seja resolvida, cada preocupação seja acautelada e cada um dos nossos Direitos Humanos seja respeitado.

5. Filiação/Memorando de Entendimento

*Assinatura do Memorando de Entendimento com Associação de Direitos Humanos de Tete
Julho de 2022*



A REFORMAR, escalou a província de Tete para um dia de debate sobre crianças em conflito com a lei em Tete na presença de Magistrados Judiciais e do Ministério Público, defensores públicos, advogados da Ordem dos Advogados de Moçambique, oficiais da PRM e representantes do SERNAP e do Ministério de Género, Criança e Acção Social. Na ocasião, celebrou-se também no dia 27 de Julho de 2022 a assinatura do Memorando com a Associação dos Direitos Humanos de Tete.

*REFORMAR E AGAPE COLABORAM COM VISTA A LEVAR TEATRO FÓRUM AO
ESTABELECIMENTO PENITENCIARIO ESPECIAL DE RECUPERAÇÃO JUVENIL DE BOANE*

Novembro de 2022



O Ministério dos Assuntos Estrangeiros e Cooperação Internacional da Itália (MAECI), autorizou a implementação do projecto de colaboração entre a AGAPE – uma organização italiana que opera em Moçambique na área artístico-cultural – e a REFORMAR.

Foi neste âmbito que no dia 18 de Novembro de 2022 as duas organizações reuniram-se para preparar um projecto de teatro-fórum no Estabelecimento Penitenciário Especial de

Recuperação Juvenil de Boane. Teatro-fórum é uma modalidade de teatro na qual se aplica a discussão entre actores e espectadores sobre determinados assuntos sociais em que a barreira entre actores e espectadores é quebrada. A materialização do projecto envolve o apoio de três voluntários que se juntarão à REFORMAR.

6. Apoio e colaborações

A REFORMAR agradece o apoio que, durante o ano, foi prestado por diferentes instituições governamentais e organizações da sociedade civil que a seguir serão elencadas.

PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

University of Western Cape (UWC)

AGAPE

Southern Africa Litigation Centre (SALC)

International Drug Policy Consortium (IDPC)

INSTITUIÇÕES ESTATAIS

Serviço Nacional Penitenciário (SER NAP)

Procuradoria-Geral da República de Moçambique (PGR)

Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ)

Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica (IPAJ)

Comissão Nacional dos Direitos Humanos (CNDH)

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Africa Criminal Justice Reform (ACJR)

Centro Africano de Excelência para o Acesso a Justiça (ACE – AJ)

Centro de Integridade Pública (CIP)

WILSA

Rede da Criança

Fórum Mulher

Rede Nacional de Redução de Danos (UNIDOS)

Instituto Superior de Ciência e Tecnologia de Moçambique (ISCTEM)

Associação dos Direitos Humanos de Tete (ASSDHT)

Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM)

Universidade Eduardo Mondlane (UEM)

Universidade UniRovuma (UniRovuma)

7. Divulgação

7.1. Website

O site da REFORMAR, <https://reformar.co.mz/>, é regularmente actualizado com informações sobre as novas actividades e pesquisas. Em Janeiro de 2023, foram registados cerca de 27 mil usuários. Maior parte dos visitantes é de Moçambique seguido do Brasil, Portugal, China e Estados Unidos. Entretanto, a tendência revela que o foco regional da REFORMAR está sendo alcançado, uma vez que, 5 dos 15 maiores visitantes são de língua oficial portuguesa. Em termos continentais a Europa regista elevado número de visitantes comparado com África, América Latina e Ásia.

7.2. Facebook

A REFORMAR possui uma página no Facebook ([REFORMAR – Research for Mozambique](#)) onde são publicadas actualizações regulares sobre os eventos, actividades, bem como comentários sobre as tendências e desenvolvimentos nacionais, regionais e internacionais actuais em justiça criminal e Direitos Humanos. No último ano, mais de 600 usuários utilizaram a página da REFORMAR.

7.3. Twitter

A REFORMAR tem também uma página de twitter, no seguinte endereço:

<https://twitter.com/REFORMAR3>

Endereço

REFORMAR – Research for Mozambique

Av. Sekou Touré 819

Maputo, Moçambique